



**Ouro Verde Transporte e Locação S.A. (atualmente
Ouro Verde Locação e Serviço S.A.)**

Informações financeiras intermediárias em
31 de março de 2013



Conteúdo

Relatório dos auditores sobre a revisão das demonstrações financeiras intermediárias	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	9
Demonstrações do valor adicionado	10
Notas explicativas às informações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Al. Dr. Carlos de Carvalho, 417 - 16º
80410-180 - Curitiba, PR - Brasil
Caixa Postal 13533
80420-990 - Curitiba, PR - Brasil

Central Tel 55 (41) 3544-4747
Fax 55 (41) 3544-4750
Internet www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão das informações financeiras trimestrais - ITR

Aos Diretores e Acionistas da
Ouro Verde Transporte e Locação S.A. (atualmente Ouro Verde Locação e Serviço S.A.)
Curitiba - Paraná

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Ouro Verde Transporte e Locação S.A. (atualmente Ouro Verde Locação e Serviço S.A.), individuais e consolidadas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações financeiras intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias referidas no primeiro parágrafo não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias consolidadas referidas no primeiro parágrafo não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Reapresentação das informações financeiras

Em 15 de maio de 2013 emitimos um relatório de revisão sem modificações sobre as informações financeiras da Ouro Verde Transporte e Locação S.A. (atualmente Ouro Verde Locação e Serviço S.A.), controladora e consolidado, relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, que ora estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na nota 4 - Reapresentação das informações financeiras, essas informações financeiras foram corrigidas e foram alteradas para incorporar as correções necessárias. Consequentemente, nosso relatório considera estas alterações e substitui o relatório anteriormente emitido. Nosso relatório não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2013, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Curitiba, 11 de julho de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR



João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

Ouro Verde Transporte e Locação S.A. (atualmente Ouro Verde Locação e Serviço S.A.)

Demonstrações de resultados

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais, exceto o resultado por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/13 (reapresentado)	31/03/12 (reapresentado)	31/03/13 (reapresentado)	31/03/12 (reapresentado)
Receita operacional líquida	23	129.041	100.396	145.743	116.109
Custos dos serviços prestados e venda da frota	24	(92.118)	(72.457)	(104.458)	(81.950)
Resultado bruto		36.923	27.939	41.285	34.159
Receitas (despesas) operacionais					
Vendas	24	(440)	(71)	(567)	(207)
Administrativas e gerais	24	(7.304)	(4.412)	(8.618)	(5.757)
Resultado da equivalência patrimonial	11	298	2.584	254	370
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas		67	212	(38)	195
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		29.544	26.252	32.316	28.760
Receita (despesas) financeiras					
Receitas financeiras	25	8.717	19.106	8.903	19.250
Despesas financeiras	25	(31.794)	(41.418)	(34.364)	(43.135)
Despesas financeiras, líquidas		(23.077)	(22.312)	(25.461)	(23.885)
Resultado antes dos impostos		6.467	3.940	6.855	4.875
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido	16	(2.246)	(983)	(2.634)	(1.908)
Resultado do período		4.221	2.957	4.221	2.967
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		4.221	2.957	4.221	2.957
Acionistas não controladores		-	-	-	10
Resultado do período		4.221	2.957	4.221	2.967
Lucro líquido por ação (em R\$)					
Básico		0,0484	0,0339		
Diluído		0,0484	0,0339		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ouro Verde Transporte e Locação S.A. (atualmente Ouro Verde Locação e Serviço S.A)

Demonstrações de resultados abrangentes

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/13	31/03/12	31/03/13	31/03/12
Resultado do período		4.221	2.957	4.221	2.967
Outros resultados abrangentes:		-	-	-	-
Resultado abrangente		<u>4.221</u>	<u>2.957</u>	<u>4.221</u>	<u>2.967</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ouro Verde Transporte e Locação S.A. (atualmente Ouro Verde Locação e Serviço S.A.)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Atribuível aos acionistas controladores							Total patrimônio líquido
	Capital social	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Total antes da participação de acionistas não controladores	Participação de acionistas não controladores	
		Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados				
Saldos em 1º de janeiro de 2012	87.163	5.568	102.032	-	18.546	213.309	335	213.644
Realização do custo atribuído, líquido dos impostos	-	-	-	707	(707)	-	-	-
Realização do custo atribuído da controlada, líquido dos impostos	-	-	-	185	(185)	-	-	-
Resultado do período	-	-	-	2.957	-	2.957	10	2.967
Saldos em 31 de março de 2012	<u>87.163</u>	<u>5.568</u>	<u>102.032</u>	<u>3.849</u>	<u>17.654</u>	<u>216.266</u>	<u>345</u>	<u>216.611</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2013	87.163	6.809	124.146	-	14.134	232.252	332	232.584
Realização do custo atribuído, líquido dos impostos	-	-	-	719	(719)	-	-	-
Realização do custo atribuído da controlada, líquido dos impostos	-	-	-	251	(251)	-	-	-
Resultado do período	-	-	-	4.221	-	4.221	-	4.221
Saldos em 31 de março de 2013	<u>87.163</u>	<u>6.809</u>	<u>124.146</u>	<u>5.191</u>	<u>13.164</u>	<u>236.473</u>	<u>332</u>	<u>236.805</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ouro Verde Transporte e Locação S.A. (atualmente Ouro Verde Locação e Serviço S.A.)

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/13 (representado)	31/03/12 (representado)	31/03/13 (representado)	31/03/12 (representado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Resultado do período		4.221	2.957	4.221	2.967
Ajustes por:					
Depreciação e amortização		37.942	36.004	39.572	37.041
Provisões para créditos de liquidação duvidosa e contingências		272	88	272	(465)
Custo residual do ativo imobilizado alienado		21.353	12.324	21.353	16.470
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	2.246	983	2.634	1.340
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	26	2.573	4.152	2.573	4.157
Resultado de equivalência patrimonial	11	(298)	(2.584)	(254)	(370)
		<u>68.309</u>	<u>53.924</u>	<u>70.371</u>	<u>61.140</u>
Variações nos ativos e passivos					
Redução em contas a receber		12.445	4.711	13.338	4.399
Aumento em outras contas a receber		(7.177)	(10.130)	(6.576)	(13.779)
Aumento em fornecedores		50.021	27.772	49.711	26.344
(Redução) aumento em partes relacionadas		-	(691)	18	(671)
Aumento (redução) em impostos e contribuições a recolher		78	49	(161)	(73)
Aumento em contas a pagar e provisões		5.165	3.994	4.412	4.468
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		-	-	-	568
		<u>128.841</u>	<u>79.629</u>	<u>131.113</u>	<u>82.396</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de ativo imobilizado		(61.159)	(31.985)	(64.646)	(44.814)
Dividendos recebidos		306	-	306	-
Aplicações financeiras vinculadas		1.267	(27.295)	1.267	(27.295)
Redução do contas a pagar por aquisição de controlada		-	-	-	(1.903)
Aquisição de ativo intangível		(1.538)	(51)	(1.538)	(93)
		<u>(61.124)</u>	<u>(59.331)</u>	<u>(64.611)</u>	<u>(74.105)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Distribuição de lucros		(1.501)	(1.949)	(1.501)	(1.949)
Empréstimos, financiamentos e debêntures captados		58.507	72.256	64.507	113.606
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagos		(85.441)	(70.134)	(86.630)	(94.342)
Juros pagos		(28.319)	(28.830)	(30.695)	(30.727)
		<u>(56.754)</u>	<u>(28.657)</u>	<u>(54.319)</u>	<u>(13.412)</u>
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		<u>10.963</u>	<u>(8.359)</u>	<u>12.183</u>	<u>(5.121)</u>
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa					
No início do período		154.418	168.581	164.186	170.426
No fim do período		<u>165.381</u>	<u>160.222</u>	<u>176.369</u>	<u>165.305</u>
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		<u>10.963</u>	<u>(8.359)</u>	<u>12.183</u>	<u>(5.121)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ouro Verde Transporte e Locação S.A. (atualmente Ouro Verde Locação e Serviço S.A.)

Demonstrações do valor adicionado

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/13	31/03/12	31/03/13	31/03/12
Receitas	<u>143.154</u>	<u>112.206</u>	<u>162.167</u>	<u>130.000</u>
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	141.986	110.635	160.839	128.372
Outras receitas	1.426	1.571	1.586	1.628
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(258)	-	(258)	-
Insumos adquiridos de terceiros	<u>47.447</u>	<u>33.103</u>	<u>55.566</u>	<u>39.431</u>
(Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	43.615	29.045	49.650	33.602
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	3.832	4.058	5.916	5.829
Valor adicionado bruto	<u>95.707</u>	<u>79.103</u>	<u>106.601</u>	<u>90.569</u>
Depreciação e amortização	<u>37.942</u>	<u>36.004</u>	<u>39.572</u>	<u>37.041</u>
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>57.765</u>	<u>43.099</u>	<u>67.029</u>	<u>53.528</u>
Valor adicionado recebido em transferência	<u>4.333</u>	<u>8.113</u>	<u>4.289</u>	<u>6.667</u>
Resultado de equivalência patrimonial	298	2.584	254	370
Receitas financeiras	4.035	5.529	4.035	6.297
Valor adicionado total a distribuir	<u>62.098</u>	<u>51.212</u>	<u>71.318</u>	<u>60.195</u>
Distribuição do valor adicionado	<u>62.098</u>	<u>51.212</u>	<u>71.318</u>	<u>60.195</u>
Pessoal	<u>18.136</u>	<u>10.415</u>	<u>22.096</u>	<u>13.618</u>
Impostos, taxas e contribuições	<u>12.209</u>	<u>8.552</u>	<u>14.899</u>	<u>11.905</u>
Remuneração de capitais de terceiros	<u>27.532</u>	<u>29.288</u>	<u>30.102</u>	<u>31.705</u>
Juros	26.648	27.567	29.218	29.984
Aluguéis	884	1.721	884	1.721
Remuneração de capitais próprios	<u>4.221</u>	<u>2.957</u>	<u>4.221</u>	<u>2.967</u>
Lucros retidos	4.221	2.957	4.221	2.957
Participação dos não controladores nos lucros retidos	-	-	-	10

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Ouro Verde Transporte e Locação S.A. (atualmente Ouro Verde Locação e Serviço S.A.) (“Controladora”, “Companhia” ou “Ouro Verde”) é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em Curitiba - Paraná, e tem por objeto a locação de máquinas e equipamentos pesados e a terceirização de frotas de veículos leves. A Companhia além de atender todas as regiões do território nacional brasileiro, por meio de contratos de longo prazo que variam de dois a sete anos, é uma empresa multimarcas, com relacionamento junto aos principais fabricantes brasileiros e internacionais. A frota da Companhia é composta exclusivamente por ativos de ampla credibilidade e reconhecimento quanto à sua qualidade, confiabilidade e durabilidade.

A Ouro Verde vem realizando investimentos relevantes no aumento do seu ativo fixo com o objetivo de atender às crescentes demandas dos seus atuais e novos clientes. Durante o primeiro trimestre de 2013, foram investidos R\$ 102,2 milhões no aumento da frota, 19,6% superior ao mesmo período de 2012, totalizando 20.958 itens, dos quais 5.330 itens representavam máquinas e equipamentos pesados e 15.628 itens representam veículos leves, um crescimento de 30,6% e 16,3% respectivamente, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O valor contábil da frota no encerramento de março de 2013 atingiu R\$ 976,2 milhões.

Para o financiamento destes investimentos, a Companhia utiliza recursos de curto e longo prazo captados junto a instituições financeiras, principalmente, na forma de FINAME/PSI, via BNDES, que são linhas de crédito específicas para a aquisição de máquinas e equipamentos pesados, (nota explicativa 15), arrendamentos mercantis financeiros (nota explicativa 19) e debêntures (nota explicativa 20).

A Ouro Verde detém 99,58% da participação no capital social da Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais. (“Controlada” ou “Martini Meat”) (nota explicativa 12). A controlada, que possui instalações nos portos de Paranaguá/PR, Itajaí/SC, Rio Grande/RS, além de um armazém na Cidade de Ponta Grossa/PR, tem por objeto mercantil a prestação de serviços a terceiros de armazenagem em geral de carga acondicionada em contêineres, fardo, e outros, a granel ou solta, incluindo produtos congelados e resfriados, “in natura” ou industrializados, e os serviços correlatos de movimentação de carga, pesagem, paletização, e outros. Em outubro de 2011, ocorreu a incorporação da Refribrás, controlada da Martini Meat, com o objetivo de simplificar a estrutura societária. Durante o exercício de 2011 e ao longo de 2012, foram investidos R\$ 47.000 no porto de Rio Grande e Itajaí, além do armazém em Ponta Grossa. Para isto, foram captados R\$ 33.431 através de recursos ordinários do BNDES – referenciados ao IPCA e no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento – PSI.

Em julho de 2011 a Ouro Verde, em parceria com a ALL (América Latina Logística) criaram a Ritmo Logística, com a finalidade de consolidar as operações de logística rodoviária da Ouro Verde e da ALL Intermodal, com uma composição acionária dividida entre as companhias na proporção de 35% e 65%, respectivamente.

No dia 12 de julho de 2012, a Fitch Ratings anunciou a manutenção do rating corporativo da Ouro Verde em A-(bra) com perspectiva estável, sob a análise de que a Companhia refletiu fortalecimento contínuo na geração operacional de caixa, com forte previsibilidade da receita devido aos seus contratos de longo prazo. Segundo a agência, a Ouro Verde está conservando sua rentável, diversificada e crescente base de negócios.

2 Apresentação das informações financeiras

a. Declaração de conformidade

As presentes informações financeiras incluem:

- As informações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- As informações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP.

As informações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para informações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pela Companhia e o patrimônio líquido e resultado da Companhia controladora em suas informações financeiras individuais. Assim sendo, as informações financeiras consolidadas da Companhia e as informações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de informações financeiras.

A autorização para a conclusão destas informações financeiras intermediárias foi dada pela Diretoria da Companhia e sua controlada em 11 de julho de 2013.

3 Resumo das principais práticas contábeis

3.1. Base de preparação

a. Base de mensuração

As informações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, os quais são mensurados pelo valor justo.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas informações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas investidas. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações financeiras de acordo com as normas CPCs / IFRS exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas notas explicativas:

- Nota 19 - arrendamento mercantil

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 3 - impairment;
- Nota 13 - Imobilizado;
- Nota 16 - utilização de prejuízos fiscais;
- Nota 18 - provisão para contingências;
- Nota 26 - instrumentos financeiros.

3.2. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas informações financeiras, individuais e consolidadas, exceto nos casos indicados em contrário.

a. Base de consolidação

i. Controlada

As informações financeiras de controlada são incluídas nas informações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle, se inicia até a data em que o controle, deixa de existir. As políticas contábeis da controlada estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas informações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

ii. Investimento em coligada

A coligada é aquela entidade na qual a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, sobre as políticas financeiras e operacionais.

O investimento em coligada é contabilizado por meio do método de equivalência patrimonial, tanto nas informações financeiras individuais como nas informações financeiras consolidadas. Quando a participação da Companhia nos prejuízos de uma investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária nessa companhia registrado por

equivalência patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária, incluindo quaisquer investimentos de longo prazo que fazem parte do investimento, é reduzido a zero, e o reconhecimento de perdas adicionais é encerrado, exceto nos casos em que a Companhia tenha obrigações construtivas ou efetuou pagamentos em nome da investida, quando, então, é constituída uma provisão para a perda de investimentos.

iii. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das informações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na companhia investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

c. Instrumentos financeiros

i Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e sua controlada se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e sua controlada deixam de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e sua controlada transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e sua controlada nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia e sua controlada tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia e sua controlada têm os seguintes ativos financeiros não derivativos:

Investimentos mantidos até o vencimento

Caso a Companhia e sua controlada tenham intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Eventual venda ou reclassificação de um valor maior que irrisório de investimentos mantidos até o vencimento que não estejam próximos de seu vencimento poderia resultar na reclassificação de todos os investimentos mantidos até o vencimento como disponíveis para venda e impedir a Companhia e sua controlada de classificar títulos de investimentos como os mantidos até o vencimento para o período corrente e os próximos dois exercícios financeiros.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são eventos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Os ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo sem acréscimo de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes e demais contas a receber.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e são usados para gerenciar as obrigações de curto-prazo.

ii Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem títulos de dívida emitidos inicialmente à data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e sua controlada se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e sua controlada têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, arrendamentos mercantis, debêntures, fornecedores e outras contas a pagar.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e sua controlada tenham o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

iii *Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia e sua controlada mantêm instrumentos derivativos de hedge financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

d. *Reconhecimento de receita*

(i) *Receita de serviços prestados*

As receitas com serviços prestados representam o valor justo recebido ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e são contabilizadas em uma base linear durante o período do contrato.

As receitas com serviços prestados são reconhecidas: (i) quando o valor dos serviços prestados é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia; e (iv) no momento da entrega e aceite pelo cliente dos serviços prestados, ou seja, quando os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao cliente.

(ii) *Ativos alienados para renovação de frota*

A receita líquida da venda da frota, atividade acessória e complementar da atividade de serviços prestados, é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de devoluções. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de veículos pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita líquida operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita líquida operacional conforme as vendas são reconhecidas.

e. *Imobilizado*

i *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando houver.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

ii Reclassificação para propriedade para investimento

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é mensurada novamente pelo valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho resultante dessa nova mensuração é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta uma perda por redução ao valor recuperável anterior na propriedade específica, com qualquer ganho remanescente reconhecido como outros resultados abrangentes no patrimônio. Qualquer perda é reconhecida em outros resultados abrangentes e é apresentada na reserva de reavaliação à medida que um valor tenha sido anteriormente incluído na reserva de reavaliação relacionada à propriedade específica, com a perda remanescente reconhecida imediatamente no resultado.

iii Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e sua controlada e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iv Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor histórico, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia e sua controlada irão obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. O valor residual da frota de veículos foi revisado no exercício de 2012, com efeito na taxa de depreciação destes ativos (vide nota explicativa 13).

f. Ativos intangíveis

i Ágio

O ágio resultante na aquisição de controlada é incluído nos ativos intangíveis. Para a mensuração do ágio no reconhecimento inicial, vide nota explicativa 14.

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Com relação à companhia investida registrada por equivalência patrimonial, o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil do investimento, e uma perda por redução ao valor recuperável em tal investimento não é alocada para nenhum ativo, incluindo o ágio, que faz parte do valor contábil da companhia investida registrada por equivalência patrimonial.

ii Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e sua controlada e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

iii Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iv Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

g. Propriedade para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo.

Custo inclui despesa que é diretamente atribuível a aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do período. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

Quando a utilização da propriedade muda de tal forma que ela é reclassificada como imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação se torna seu custo para a contabilização subsequente.

h. Redução ao valor recuperável (Impairment)

i Ativos financeiros incluindo recebíveis

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia e sua controlada sobre condições de que a Companhia e sua controlada não considerariam em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia e sua controlada consideram evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

ii Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos.

A Companhia classifica seus segmentos operacionais (Terceirização de veículos leves, Locação de máquinas e equipamentos pesados e Serviços de armazenagem - Martini Meat S.A.) como suas unidades geradoras de caixa.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade operadora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i. Arrendamentos

Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes a propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Pagamentos de arrendamento

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada exercício durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado em uma base linear durante o prazo do contrato de arrendamento.

j. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e sua controlada têm uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

k. Benefícios a empregados

i. Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível.

ii. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e sua controlada têm uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

l. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e ganhos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado. As distribuições recebidas de investida registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures e perdas nos instrumentos de hedge.

m. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do período corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de fechamento das informações financeiras e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Ao determinar o seu imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em conta o impacto das incertezas em relação à posição fiscal realizada e se impostos e juros adicionais devem ser pagos. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo é adequada para todos os períodos fiscais em andamento, com base na avaliação de diversos fatores, incluindo a interpretação da legislação tributária e experiência passada. Esta avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, que levem a Companhia a mudar o seu julgamento sobre a adequação da provisão existente, tais mudanças na provisão afetariam as despesas de imposto de renda no ano em que são feitas.

n. Resultado por ação - básico e diluído

O resultado básico por ação é calculado dividindo o lucro ou prejuízo líquido do período atribuível aos acionistas da Companhia, considerando o número médio ponderado de ações no respectivo período. A Companhia não possui instrumentos com o potencial de diluir o lucro básico por ação, nos períodos apresentados.

o. Informação por segmento

Os resultados de segmentos que são reportados ao CEO incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente o resultado financeiro e o imposto de renda e contribuição social.

A Administração considera que as operações da Companhia e sua controlada compõem três segmentos operacionais identificáveis, classificados como locação de máquinas e equipamentos pesados, terceirização de frotas de veículos leves e serviços de armazenagem (Martini Meat S.A.). A renovação da frota é inerente ao processo de locação de máquinas e equipamentos pesados e de terceirização de frotas de veículos leves, de forma que não é separável e, por tal razão, não constitui um segmento distinto.

p. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, preparadas de acordo com as normas BRGAAP aplicáveis as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

q. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2010), IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2009)

O IFRS 9 (2009) introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob IFRS 9 (2009) ativos financeiros são classificados e mensurados baseado no modelo de negócio no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa contratuais. IFRS 9 (2010) introduz adições em relação aos passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperação de ativos financeiros e contabilidade de *hedge*.

O IFRS 9 (2010 e 2009) é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. A adoção do IFRS 9 (2010) deve causar um impacto nos ativos financeiros da Companhia, mas nenhum impacto nos passivos financeiros da Companhia. A Companhia não planeja adotar esta normas de forma antecipada.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes, correspondentes a esta norma.

4 Reapresentação das informações financeiras

As informações financeiras intermediárias da Companhia relativas ao período de 31 de março de 2012 foram alteradas e estão sendo reapresentadas de acordo com o CPC 23 (IAS 8) – Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erros e CPC 26 (R1) (IAS 1) – Apresentação das demonstrações contábeis para incorporar as seguintes alterações:

Demonstração de resultados

- (i) refletir a abertura da rubrica despesas com vendas, de acordo com o CPC 26 (99, 103) (IAS 1). Anteriormente, o saldo estava sendo apresentado inteiramente em despesas gerais e administrativas, e
- (ii) refletir a reclassificação do resultado com vendas de veículos, anteriormente reconhecida de forma líquida na rubrica de outras receitas operacionais para a rubrica de receita operacional líquida e custo dos serviços prestados e venda de frota;

Demonstrações dos fluxos de caixa

- (iii) eliminar, dos fluxos de caixa de investimento e dos fluxos de caixa das atividades de financiamento, os montantes registrados pela Companhia relativos aos contratos de arrendamento mercantil financeiro, com a assunção direta de um passivo, considerando que nenhum dos fluxos de caixa ocorreu no início da operação;
- (iv) refletir a reclassificação de aplicações financeiras vinculadas dos fluxos de caixa das atividades operacionais para os fluxos de caixa das atividades de investimento; e
- (v) reclassificar os montantes de empréstimos e arrendamentos pagos dos fluxos de caixa das atividades de investimento para os fluxos de caixa de atividades de financiamento.

Controladora

	31 de março de 2012			
	Saldos previamente publicados	Ajustes		Saldos comparativos publicado nestas informações financeiras
Demonstração do resultado do período				
Receita operacional líquida	90.503	9.893	<i>(ii)</i>	100.396
Custo dos serviços prestados e venda da frota	(60.133)	(12.324)	<i>(ii)</i>	(72.457)
Resultado bruto	30.370	(2.431)		27.939
Despesas com vendas	-	(71)	<i>(i)</i>	(71)
Despesas administrativas e gerais	(4.483)	71	<i>(i)</i>	(4.412)
Resultado da equivalência patrimonial	2.584	-		2.584

31 de março de 2012

	Saldos previamente publicados	Ajustes		Saldos comparativos publicado nestas informações financeiras
Outras despesas operacionais, líquidas	(2.219)	2.431	<i>(ii)</i>	212
Resultado do período	26.252	-		26.252
Demonstração do fluxo de caixa				
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	52.334	27.295	<i>(iv)</i>	79.629
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(93.045)	33.714	<i>(iii),(iv), (v)</i>	(59.331)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	32.352	(61.009)	<i>(iii), (v)</i>	(28.657)

31 de março de 2013

	Saldos previamente publicados	Ajustes		Saldos comparativos publicado nestas informações financeiras
Demonstração do resultado do período				
Receita operacional líquida	110.628	18.413	<i>(ii)</i>	129.041
Custo dos serviços prestados e venda da frota	(71.804)	(20.314)	<i>(ii)</i>	(92.118)
Resultado bruto	38.824	(1.901)		36.923
Despesas com vendas	-	(440)	<i>(i)</i>	(440)
Despesas administrativas e gerais	(7.744)	440	<i>(i)</i>	(7.304)
Resultado da equivalência patrimonial	298	-		298
Outras despesas operacionais, líquidas	(1.834)	1.901	<i>(ii)</i>	67
Resultado do período	29.544	-		29.544
Demonstração do fluxo de caixa				
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	130.108	(1.267)	<i>(iv)</i>	128.841
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(128.624)	67.194	<i>(iii),(iv), (v)</i>	(61.430)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	9.479	(65.927)	<i>(iii), (v)</i>	(56.448)

Consolidado

31 de março de 2012

	Saldos previamente publicados	Ajustes		Saldos comparativos publicado nestas informações financeiras
Demonstração do resultado do período				
Receita operacional líquida	106.216	9.893	(ii)	116.109
Custo dos serviços prestados e venda da frota	(69.626)	(12.324)	(ii)	(81.950)
Resultado bruto	36.590	(2.431)		34.159
Despesas com vendas	-	(207)	(i)	(207)
Despesas administrativas e gerais	(5.964)	207	(i)	(5.757)
Resultado da equivalência patrimonial	370	-		370
Outras despesas operacionais, líquidas	(2.236)	2.431	(ii)	195
Resultado do período	28.760	-		28.760
Demonstração do fluxo de caixa				
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	55.101	27.295	(iv)	82.396
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(107.819)	33.714	(iii), (iv), (v)	(74.105)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	47.597	(61.009)	(iii), (v)	(13.412)

31 de março de 2013

	Saldos previamente publicados	Ajustes		Saldos comparativos publicado nestas informações financeiras
Demonstração do resultado do período				
Receita operacional líquida	127.330	18.413	(ii)	145.743
Custo dos serviços prestados e venda da frota	(84.144)	(20.314)	(ii)	(104.458)
Resultado bruto	43.186	(1.901)		41.285
Despesas com vendas	-	(567)	(i)	(567)
Despesas administrativas e gerais	(9.185)	567	(i)	(8.618)

31 de março de 2013

	Saldos previamente publicados	Ajustes		Saldos comparativos publicado nestas informações financeiras
Resultado da equivalência patrimonial	254	-		254
Outras despesas operacionais, líquidas	(1.939)	1.901	<i>(ii)</i>	(38)
Resultado do período	32.316	-		32.316
Demonstração do fluxo de caixa				
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	132.380	(1.267)	<i>(iv)</i>	131.113
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(132.111)	67.194	<i>(iii),(iv), (v)</i>	(64.917)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	11.914	(65.927)	<i>(iii), (v)</i>	(54.013)

5 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e sua controlada exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

i. Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

ii. Derivativos

O valor justo de contratos de swaps de taxas de juros é baseado nas cotações fornecidas por instituições financeiras.

Essas cotações são testadas quanto a razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da Companhia e sua controlada e contraparte quando apropriado.

iii. Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e juros incorridos, apurados na data de apresentação das informações financeiras.

6 Informações financeiras consolidadas

As informações financeiras consolidadas abrangem as informações financeiras da controladora Ouro Verde Transporte e Locação S.A. (atualmente Ouro Verde Locação e Serviço S.A.) e da controlada direta Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais a seguir relacionada:

		<u>Porcentagem de participação</u>			
		Controle	31/03/13	31/12/12	31/03/12
Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais	Direto		99,58%	99,58%	99,55%

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas companhias e consistentes com aquelas utilizadas no período anterior.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12
Caixa e bancos	5.891	1.854	6.416	3.177
Aplicações financeiras	<u>159.490</u>	<u>152.564</u>	<u>169.953</u>	<u>161.009</u>
	<u>165.381</u>	<u>154.418</u>	<u>176.369</u>	<u>164.186</u>

As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários, remunerados a taxas que variam entre 100,2% e 107% dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI).

8 Aplicações financeiras vinculadas (controladora e consolidado)

	31/03/13	31/12/12
Aplicações financeiras - vinculadas a empréstimos tomados	78.163	79.430
(-) Parcelas classificadas no ativo circulante	<u>(7.384)</u>	<u>(7.487)</u>
Ativo não circulante	<u>70.779</u>	<u>71.943</u>

As aplicações financeiras vinculadas se referem a certificados de depósitos bancários, remunerados a taxas que variam entre 100% e 107% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e encontram-se vinculadas a amortizações de empréstimos contraídos juntos as instituições financeiras custodiantes.

Os valores correspondentes foram classificados no ativo circulante e não circulante de acordo com o prazo de vencimento dos empréstimos aos quais estão vinculados.

9 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12
Clientes nacionais	40.878	57.795	46.582	64.557
Serviços a faturar	15.547	11.076	17.699	13.058
(-) Provisão para créditos duvidosos	(3.206)	(2.948)	(3.403)	(3.140)
	53.219	65.923	60.878	74.475

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12
A vencer	40.960	54.513	48.405	62.561
Vencidos até 30 dias	4.918	5.007	5.133	5.450
Vencidos de 31 a 60 dias	1.804	2.549	1.867	2.740
Vencidos de 61 a 90 dias	685	172	685	172
Vencidos acima de 91 dias	8.058	6.630	8.191	6.692
(-) Provisão para créditos duvidosos	(3.206)	(2.948)	(3.403)	(3.140)
	53.219	65.923	60.878	74.475

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas prováveis nas contas a receber de clientes. A provisão é calculada com base na avaliação individual da situação de cada cliente, e a movimentação no período encontra-se apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12
Saldo inicial	2.948	1.107	3.140	1.307
Adição à provisão	258	2.047	263	2.047
Utilização	-	(206)	-	(214)
Saldo final	3.206	2.948	3.403	3.140

10 Partes relacionadas

a. Saldos e transações

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 relativos a operações com partes relacionadas, referem-se a contratos de mútuo da Companhia com seus acionistas, companhia controlada e outras companhias relacionadas, como demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12
Ativo não circulante				
<i>Mútuos ativos</i>				
Ritmo Logística S.A. (relacionada)	597	597	597	597
Passivo circulante				
<i>Mútuos passivos</i>				
Serenata Adm. de Bens Ltda. (a) (relacionada)	85	85	185	165
Celso Antonio Frare (acionista)	-	-	-	2
	85	85	185	167

- (a) Saldo a pagar devido ao arrendamento de imóveis. O total de despesas incorridas com este arrendamento em 31 de março de 2013 foi de R\$ 255 (R\$ 195 em 2012).

Os contratos de mútuos destacados acima não possuem incidência de juros e data de vencimento.

b. Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal chave da Administração é composto pela diretoria. Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da Administração durante o período findo em 31 de março de 2013 a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 1.201 (R\$ 672 em 2012). A Companhia e sua controlada não concedem ao pessoal chave da administração benefícios com características de longo prazo.

A Companhia e sua controlada têm como acionista controlador a Novo Oriente Participações Ltda., com 62,78% de participação do seu capital social e o acionista Celso Antônio Frare, com 37,22% de participação do seu capital social.

11 Investimentos

a. Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12
Participação em companhia controlada (a.1)	89.213	89.168	-	-
Participação em companhia coligada (a.2)	150.387	150.438	150.387	150.438
Outros investimentos	8	8	8	8
	239.608	239.614	150.395	150.446

a.1 Participação em companhia controlada - Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais

a.1.1 Movimentação dos saldos no exercício

Saldo em 31 de dezembro de 2011	81.442
Juros sobre capital próprio	(795)
Resultado na equivalência patrimonial	2.213
Saldo em 31 de março de 2012	82.860
Saldo em 31 de dezembro de 2012	89.168
Resultado na equivalência patrimonial	45
	89.213
Participação atual no patrimônio líquido	78.452
Ágio (nota explicativa 14)	10.761
Saldo em 31 de março de 2013	89.213

a.1.2 Informações da controlada - Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais

	31/03/13	31/12/12	31/03/12
Ativo	201.880	200.306	173.728
Passivo	123.096	121.566	101.301
Receita	16.702	71.491	15.713
Lucro líquido do período / exercício	45	7.719	2.224
Capital social	46.404	46.404	43.630
Quantidade ações possuídas (em lote mil)	46.209	46.209	43.436
Patrimônio líquido	78.784	78.740	72.427
Participação no capital social, no final do período	99,58%	99,58%	99,55%
Participação no patrimônio líquido	78.452	78.407	72.099
Resultado de equivalência patrimonial	45	7.686	2.213

a.2 Participação em companhia coligada - Ritmo Logística S.A.

a.2.1 Movimentação dos saldos no exercício

Saldo em 31 de dezembro de 2011	150.256
Resultado na equivalência patrimonial	370
Saldo em 31 de março de 2012	150.626

Saldo em 31 de dezembro de 2012	150.438
Dividendos recebidos	(305)
Resultado na equivalência patrimonial	254
Saldo em 31 de março de 2013	150.387
Participação atual no patrimônio líquido	31.969
Saldo atual de mais valia dos ativos aportados pela controladora	3.878
Ganho na venda de negócio / ágio	114.540
Saldo em 31 de março de 2013	150.387

- (a) O saldo da mais valia corresponde à apuração da participação da Ouro Verde sobre a diferença entre o patrimônio líquido contábil e o patrimônio líquido justo da coligada, advindo da avaliação a valor justo da frota incorporada pela Ritmo. Esse montante está sendo realizado ajustando a equivalência patrimonial (R\$ 277 em 2013 e R\$ 1.110 em 2012), tendo como base a realização do valor justo, por depreciação, dos ativos que originaram a mais valia.
- (b) O saldo de ágio corresponde à diferença entre o valor total das contribuições feitas pela Ouro Verde (principalmente através de ativos de frota) e a participação da Ouro Verde sobre o patrimônio líquido a valor justo da Ritmo Logística S.A., o qual não está sujeito a amortização e tem a sua recuperabilidade testada anualmente.
- (c) Refere-se ao excedente da participação da Ouro Verde no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida sobre o custo do investimento total, o qual foi incluído como outras receitas operacionais (nota explicativa 28). Este ganho está suportado por laudo de avaliação elaborado por especialistas internos, o qual foi preparado de acordo com as normas e procedimentos emitidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, que fixa as diretrizes para avaliações dessa natureza.

a.2.2 Informações da coligada - Ritmo Logística S.A.

	31/03/13	31/12/12	31/03/12
Ativo	122.131	120.522	118.884
Passivo	30.791	29.828	30.025
Receita	58.657	252.644	55.288
Lucro líquido do período / exercício	1.522	3.688	1.852
Capital social	87.198	87.198	87.198
Quantidade ações possuídas (em lote mil)	19.424	19.424	19.424
Patrimônio líquido	91.340	90.694	88.859
Participação no capital social, no final do período	35,00%	35,00%	35,00%
Participação no patrimônio líquido	31.969	31.743	31.100
Resultado de equivalência patrimonial	254	182	370

12 Propriedade para investimento

Referem-se a terrenos não destinados ao uso da controlada - Martini Meat - em sua atividade operacional, os quais são mantidos com a finalidade de se obter valorização do capital. A controlada optou pelo método de mensuração a custo e utilização da prática do “custo atribuído”, para registro do saldo inicial destes ativos, na data de transição, sendo que os efeitos decorrentes dessa avaliação, efetuada por especialistas externos, foram registrados na conta de ajustes de avaliação patrimonial e serão transferidos para a conta de lucros acumulados à medida que estes ativos forem alienados ou baixados em contrapartida ao resultado.

13 Imobilizado

a. Controladora

Movimentação do custo

	Edificações	Veículos, tratores e colhedoras (*)	Máquinas e equipamentos (*)	Móveis e utensílios	Outras imobilizações	Total
Custo ou avaliação:						
Em 31 de dezembro de 2012	1.800	1.156.547	40.885	839	12.059	1.212.130
Adições	20	100.330	1.888	61	1.466	103.765 (**)
Baixas	-	(35.346)	(1.856)	-	(1.541)	(38.743)
Transferências	1.813	(386)	386	-	(1.813)	-
Em 31 de março de 2013	<u>3.633</u>	<u>1.221.145</u>	<u>41.303</u>	<u>900</u>	<u>10.171</u>	<u>1.277.152</u>
Depreciação:						
Em 31 de dezembro de 2012	(182)	(258.521)	(7.651)	(148)	(908)	(267.410)
Despesas de depreciação no exercício	(31)	(36.790)	(684)	(22)	(272)	(37.799)
Baixas	-	16.650	740	-	-	17.390
Em 31 de março de 2013	<u>(213)</u>	<u>(278.661)</u>	<u>(7.595)</u>	<u>(170)</u>	<u>(1.180)</u>	<u>(287.819)</u>
Valor residual líquido:						
Em 31 de dezembro de 2012	1.618	898.026	33.234	691	11.151	944.720
Em 31 de março de 2013	3.420	942.484	33.708	730	8.991	989.333
Taxas da depreciação % a.a.:	4	5,6 a 16,7	8,3 a 16,7	10	5 a 25	

- (*) Grupo de ativo imobilizado sujeito a arrendamentos mercantis operacionais.

Mudança nas estimativas relacionada a depreciação da frota de veículos

No mês de outubro de 2012 a Companhia realizou um estudo sobre o valor residual esperado na venda da sua frota. Como resultado, não houve alteração na vida útil dos bens, contudo, o valor residual esperado na venda dos veículos aumentou. O efeito dessa alteração é a redução da taxa de depreciação anual de veículos de 16,7% para 15,1%, a qual gerou uma redução aproximada de R\$ 5,4 milhões na despesa anual em 2012 de depreciação.

- (**) Da totalidade das aquisições de ativo imobilizado, ocorridas no primeiro trimestre de 2013 e 2012, parte significativa se deu por meio de arrendamento mercantil financeiro ou FINAME, com assunção direta do respectivo passivo, não havendo fluxo de caixa envolvido na operação inicial. Tais aquisições de ativos, sem efeito de caixa, totalizaram R\$ 42.606, na controladora e no consolidado. Assim, estas aquisições de ativos não estão sendo apresentadas na demonstração de fluxo de caixa, como atividade de investimento.

b. Consolidado

Movimentação de custo

	Edificações	Veículos, tratores e colhedoras	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Outras imobilizações	Obras em andamento	Terrenos	Total
Custo ou avaliação:								
Em 31 de dezembro de 2012	91.175	1.157.657	110.048	3.528	18.705	3.767	7.657	1.392.537
Adições	20	100.330	1.895	124	1.466	3.417	-	107.252
Baixas	-	(35.346)	(1.856)	-	(1.541)	-	-	(38.743)
Transferências	1.813	(386)	386	-	(1.813)	-	-	-
Em 31 de março de 2013	<u>93.008</u>	<u>1.222.255</u>	<u>110.473</u>	<u>3.652</u>	<u>16.817</u>	<u>7.184</u>	<u>7.657</u>	<u>1.461.046</u>
Depreciação:								
Em 31 de dezembro de 2012	(3.820)	(258.910)	(17.669)	(1.269)	(1.922)	-	-	(283.590)
Despesas de depreciação no exercício	(370)	(36.818)	(1.745)	(114)	(367)	-	-	(39.414)
Baixas	-	16.650	740	-	-	-	-	17.390
Em 31 de março de 2013	<u>(4.190)</u>	<u>(279.078)</u>	<u>(18.674)</u>	<u>(1.383)</u>	<u>(2.289)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(305.614)</u>
Valor residual líquido:								
Em 31 de dezembro de 2012	87.355	898.747	92.379	2.259	16.783	3.767	7.657	1.108.947
Em 31 de março de 2013	88.818	943.177	91.799	2.269	14.528	7.184	7.657	1.155.432
Taxas da depreciação % a.a.:	2 a 4	5,6 a 16,7	8,3 a 16,7	10	4 a 25	-	-	

14 Intangível (consolidado)

	Taxa anual de amortização (%)	31/03/13			31/12/12
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Ágio em aquisição de controlada					
Martini Meat S.A.(a)	-	12.952	(2.191)	10.761	10.761
Refribrás Armazéns Frigoríficos Ltda.(b)	-	3.675	-	3.675	3.675
Softwares					
Sistemas de processamento de dados	20	3.944	(1.024)	2.920	1.540
		<u>20.571</u>	<u>(3.215)</u>	<u>17.356</u>	<u>15.976</u>

a. Ágio na aquisição de controlada direta - Martini Meat S.A.

Refere-se ao saldo de ágio apurado na aquisição da controlada Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais, aquisição esta feita durante o exercício de 2008 (anterior, portanto, a data de transição), suportado por estudo técnico efetuado por especialistas e encontra-se fundamentado na expectativa de rentabilidade futura da operação adquirida. A amortização do ágio foi registrada até o exercício de 2008 em função do prazo das projeções de rentabilidade futura que não supera o período de dez anos. Desde o exercício de 2009, o ágio por expectativa de rentabilidade futura não é mais amortizado e são efetuados testes anuais quanto ao valor recuperável.

b. Ágio na aquisição de controlada indireta - Refribrás Armazéns Frigoríficos Ltda.

O saldo de ágio apurado na aquisição da então controlada indireta - Refribrás Armazéns Frigoríficos Ltda., que foi incorporada pela Martini Meat S.A. – Armazéns Gerais em 24 de outubro de 2011, encontra-se fundamentado na expectativa de rentabilidade futura da operação adquirida e às economias de escala esperadas da combinação de operações da Refribrás com as da Martini Meat, que não podem ser reconhecidas separadamente como um ativo intangível.

O valor de aquisição, em 13 de abril de 2010, foi de R\$ 22.000, enquanto o valor do patrimônio líquido avaliado a valor justo da controlada adquirida, resultante do exercício de identificação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 15 / IFRS 3 - Combinação de negócios, nesta mesma data, era de R\$ 18.325, apurando ágio no valor de R\$ 3.675.

Pelo fato de não existir diferentes níveis de segmento operacional e unidades geradora de caixa (UGC) na operação da controlada indireta adquirida, o ágio não foi alocado e foi considerado em sua totalidade na operação da controlada indireta.

No balanço patrimonial individual da Companhia e nas informações financeiras consolidadas, o ágio acima demonstrado está incluído no valor contábil do investimento e no intangível, respectivamente.

De acordo com as práticas contábeis vigentes, o ágio por expectativa de rentabilidade futura não é mais amortizado, sendo então efetuados testes anuais quanto ao valor recuperável. Atualmente, dentro do contexto societário da Companhia, tal ágio não proporciona nenhuma dedutibilidade fiscal.

15 Financiamentos e empréstimos

a. Controladora

Natureza	Encargos em 2013	31/03/13	31/12/12
FINAME	Custo médio ponderado de 0,62% a.m.	408.282	424.150
CDC	Juros de 0,96% a 1,36% a.m.	18.438	19.547
Empréstimo em moeda estrangeira	Dólar + 3,9% a 4,38% a.a.	90.038	95.680
Capital de giro	CDI + juros 2,05% a 3,2% a.a. e pré fixado 12,3% a.a	<u>274.734</u>	<u>246.563</u>
		791.492	785.940
	(-) Parcelas classificadas no passivo circulante	<u>(181.939)</u>	<u>(190.009)</u>
	Passivo não circulante	<u>609.553</u>	<u>595.931</u>

b. Consolidado

Natureza	Encargos em 2013	31/03/13	31/12/12
BNDES	8% à TJLP + juros de 3,44% a 10,75% ao ano	57.929	58.683
FINAME	Custo médio ponderado de 0,62% a.m.	414.891	431.076
CDC	Juros de 0,96% a 1,36% a.m.	18.438	19.547
FINIMP	Euro + 6,99% a 8,90% a.a. e Dólar + 4,81% a.a.	342	1.074
Empréstimo em moeda estrangeira	Dólar + 3,9% a 4,38% a.a	90.038	95.680
Capital de giro e conta garantida	CDI + juros 2,05% a 3,2% a.a. e pré fixado 12,3% a.a	<u>307.691</u>	<u>275.001</u>
		889.329	881.061
	(-) Parcelas classificadas no passivo circulante	<u>(199.047)</u>	<u>(205.545)</u>
	Passivo não circulante	<u>690.282</u>	<u>675.516</u>

Os financiamentos com natureza FINAME estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados no valor de R\$ 803.283 (R\$ 715.259 em 2012) e aval do acionista controlador. Os empréstimos e financiamentos de capital de giro estão garantidos por aval do acionista controlador no valor de R\$ 307.691 (R\$ 275.001 em 2012).

Em determinados contratos de financiamento, nas modalidades de capital de giro, FINAME e empréstimos em moeda estrangeira junto aos certas instituições financeiras, a Companhia e sua

controlada assumiram a obrigação de manter determinados indicadores financeiros apurados anualmente e semestralmente, com base em seus balanços consolidados e indicadores não financeiros, dos quais podemos destacar:

- Rating igual ou superior a “BBB-“ nas agências de análise de risco de crédito;
 - Dívida líquida / EBITDA ajustado*;
 - EBITDA ajustado* / Despesas financeiras líquidas;
 - Dívida líquida / Ativo imobilizado; e
 - Dividendos acrescidos de juros sobre o capital pago dividido pelo lucro líquido do exercício.
- (*) Lucro líquido (prejuízo), excluídos os efeitos: do imposto de renda e da contribuição social; do resultado financeiro líquido; da equivalência patrimonial; das despesas de depreciação e amortização; e de outras receitas (despesas) operacionais líquidas; somado à receita obtida com a venda da frota; e às outras receitas (despesas) operacionais líquidas que resultem em fluxos de caixa.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e sua controlada estão em conformidade com todas as obrigações e índices financeiros requeridos pelos contratos de financiamentos.

16 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis.

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12
Ativo não circulante				
Provisão para contingências e para créditos de liquidação duvidosa	5.228	4.492	6.261	5.514
Prejuízos fiscais a compensar	23.442	20.398	23.442	20.398
Regime tributação - variação cambial	2.071	2.648	2.104	2.710
Outros	643	643	786	777
	31.384	28.181	32.593	29.399
Passivo não circulante				
Ajuste arrendamento mercantil - adoção CPC 06	11.600	10.246	11.600	10.246
Regime de tributação – hedge	4.129	5.004	4.129	5.004
Ajuste de investimento - CPC 18	41.850	41.850	41.850	41.850
Ajuste depreciação contábil - adoção CPC 27	63.009	58.039	74.660	69.310
	120.588	115.139	132.239	126.410
	89.204	86.958	99.646	97.011

À Companhia e sua controlada, com base em estudo técnico aprovado pela Administração, relativo à estimativa de lucros tributáveis futuros, reconheceram os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas semestralmente, caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia e sua controlada.

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos. Ainda, com base nas projeções de resultados tributáveis, a Companhia e sua controlada estimam recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais nos próximos cinco exercícios.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

a. Controladora

	31/03/13	31/03/12
Resultado do período antes de impostos e da reversão de juros sobre o capital próprio	6.467	3.940
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais de 25% e 9%	(2.199)	(1.340)
Adições e exclusões permanentes e outros:		
Juros sobre o capital próprio	-	(270)
Resultado de equivalência patrimonial	101	879
Despesas indedutíveis	(148)	(317)
Outras exclusões (adições)	-	65
	(2.246)	(983)
Imposto de renda e contribuição social no resultado: Diferido	(2.246)	(983)
Alíquota efetiva	35%	25%

b. Consolidado

	31/03/13	31/03/12
Resultado do período antes de impostos e da reversão de juros sobre o capital próprio	6.855	4.875
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais de 25% e 9%	(2.331)	(1.658)
Adições e exclusões permanentes e outros: Resultado de equivalência patrimonial	86	126

	31/03/13	31/03/12
Despesas indedutíveis	(151)	(319)
Outras exclusões (adições)	<u>(238)</u>	<u>(57)</u>
	<u>(2.634)</u>	<u>(1.908)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado:		
Corrente	-	(568)
Diferido	<u>(2.634)</u>	<u>(1.340)</u>
	<u>(2.634)</u>	<u>(1.908)</u>
Alíquota efetiva	<u>38%</u>	<u>39%</u>

17 Contas a pagar por aquisição de controladas (consolidado)

Na controlada Martini Meat, refere-se à provisão dos pagamentos a serem efetuados decorrente da aquisição da totalidade das quotas da Refribrás Armazéns Frigoríficos Ltda. O valor de aquisição definido no contrato de compra e venda, datado de 13 de abril de 2010, é de R\$ 22.000, sendo um primeiro pagamento efetuado na data de aquisição no valor de R\$ 2.000 e saldo remanescente a ser liquidado em 34 parcelas mensais e consecutivas de R\$ 588, corrigidos a encargos remuneratórios equivalentes a 95% do CDI. A última parcela foi paga em fevereiro de 2013.

	31/03/13	31/12/12
Passivo circulante		
Parcelas com vencimento no curto prazo	-	1.176
Encargos a pagar	<u>-</u>	<u>326</u>
	<u>-</u>	<u>1.502</u>

18 Provisão para contingências

A Companhia e sua controlada são partes (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis/ambientais e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

a. Controladora

	<u>31/03/13</u>			<u>31/12/12</u>
	Provisão	Depósito judicial	Líquido	Líquido
Cíveis/ambientais	2.418	-	2.418	2.559
Tributárias	4.902	(4.822)	80	80
Trabalhistas	1.884	(1.334)	550	560
	<u>9.204</u>	<u>(6.156)</u>	<u>3.048</u>	<u>3.199</u>
	<u>31/12/12</u>		<u>31/03/13</u>	
	Saldo inicial	Adição à provisão	Utilização	Saldo final
Cíveis/ambientais	2.559	348	(489)	2.418
Tributárias	4.918	-	(16)	4.902
Trabalhistas	2.038	82	(236)	1.884
	<u>9.515</u>	<u>430</u>	<u>(741)</u>	<u>9.204</u>

b. Consolidado

	<u>31/03/13</u>			<u>31/12/12</u>
	Provisão	Depósito judicial	Líquido	Líquido
Cíveis/ambientais	2.418	-	2.418	2.559
Tributárias	5.410	(5.376)	34	42
Trabalhistas	4.922	(2.199)	2.723	2.605
	<u>12.750</u>	<u>(7.575)</u>	<u>5.175</u>	<u>5.206</u>

	<u>31/12/12</u>	<u>31/03/13</u>		
	Saldo inicial	Adição à provisão	Utilização	Saldo final
Cíveis/ambientais	2.559	348	(489)	2.418
Tributárias	5.374	52	(16)	5.410
Trabalhistas	<u>5.044</u>	<u>328</u>	<u>(450)</u>	<u>4.922</u>
	<u>12.977</u>	<u>728</u>	<u>(955)</u>	<u>12.750</u>

Existem outras contingências passivas envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis/ambientais avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado de R\$ 32.360 (R\$ 28.933 em 2012), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS não requerem sua contabilização.

19 Arrendamento mercantil

a. Arrendatário

A Companhia e sua controlada possuem, em 31 de março de 2013, R\$ 277.659 (R\$ 288.933 em 2012) contabilizados como ativo (custos) imobilizado (principalmente veículos), com contrato de arrendamento mercantil financeiro. Os contratos possuem prazo de duração de 24 a 36 meses, com cláusulas de opção de compra após essa data, sendo exercida pelo valor residual garantido.

Durante o período findo em 31 de março de 2013, a Companhia e sua controlada reconheceram como despesa no resultado referente a arrendamento mercantil financeiro os montantes de R\$ 5.642 (R\$ 5.977 em 2012) relativos a despesas financeiras e R\$ 19.811 (R\$ 16.833 em 2012) relativo à despesa de depreciação.

Em 31 de março de 2013, os pagamentos futuros mínimos estão segregados da seguinte forma:

	<u>Controladora</u>			<u>Consolidado</u>		
	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros mínimos	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros mínimos
Até um ano	117.968	22.127	140.095	120.013	22.829	142.249
Entre um a dois anos	65.283	6.662	71.945	66.776	7.107	74.059
Entre dois a três anos	<u>13.213</u>	<u>301</u>	<u>13.514</u>	<u>15.864</u>	<u>666</u>	<u>16.947</u>
	<u>196.464</u>	<u>29.090</u>	<u>225.554</u>	<u>202.653</u>	<u>30.602</u>	<u>233.255</u>

As taxas de juros dos contratos de arrendamento variam de 0,82% a 1,35% ao mês para os contratos pré-fixados. Os arrendamentos são garantidos pelos próprios bens objeto do contrato.

A Companhia e sua controlada assumiram a obrigação de manter determinados indicadores financeiros apurados anualmente, e indicadores não financeiros, com base em seus balanços consolidados, dos quais podemos destacar:

- Dívida líquida / EBITDA ajustado (*); e
 - Prévia anuência do arrendador no caso de troca de controle acionário e/ou na alienação ou venda de participação do capital social igual ou superior a 10%.
- (*) Lucro líquido (prejuízo), excluídos os efeitos: do imposto de renda e da contribuição social; do resultado financeiro líquido; da equivalência patrimonial; das despesas de depreciação e amortização; e de outras receitas (despesas) operacionais líquidas; somado à receita obtida com a venda da frota; e às outras receitas (despesas) operacionais líquidas que resultem em fluxos de caixa.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e sua controlada estão em conformidade com todas as obrigações e índices financeiros requeridos pelos contratos de financiamentos.

A Companhia também loca o terreno da sede em Curitiba através de um arrendamento mercantil operacional firmado com parte relacionada (Serenata Administradora de Bens Ltda – vide nota 10). A duração do contrato é de 5 anos, com a opção de renovação de prazo após esse período. O valor dos pagamentos é reajustado anualmente com base no IGP-M. No período de 3 meses findo em 31 de março de 2013 a despesa total reconhecida no resultado relativa a essa operação foi de R\$ 255 (R\$ 195 no mesmo período em 2012).

b. Arrendador

A Companhia tem contratos de aluguel de sua frota firmados com clientes para o período que varia entre de 2 a 7 anos. Estes contratos são classificados como arrendamento mercantil operacional. Os veículos, tratores e colhedoras são vendidos a terceiros quando devolvidos pelos clientes. Os contratos de aluguel de frotas podem incluir manutenção preventiva e corretiva, substituição de carros e outros itens acessórios, conforme composição definida pelo cliente.

Os valores divulgados na tabela são os pagamentos mínimos não canceláveis (geração futura de caixa) a serem recebidos relativos aos contratos de aluguel em aberto em 31 de março de 2013:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 7 anos	Total
Pagamentos futuros mínimos não canceláveis a serem recebidos (geração futura de caixa)	319.664	258.095	389.454	967.213

20 Debêntures (controladora e consolidado)

Natureza	Encargos	31/03/13	31/12/12
2ª Emissão	CDI + 3% a.a.	151.477	162.237
(-) Parcelas classificadas no passivo circulante		<u>(43.597)</u>	<u>(43.647)</u>
Passivo não circulante		<u>107.880</u>	<u>118.590</u>

Em 3 de maio de 2011, a 6ª Assembléia Geral Extraordinária aprovou a 2ª emissão de debêntures pela Companhia nos termos do artigo 52 e seguintes da Lei das S.A., incluindo o limite previsto no artigo 60 da Lei das S.A. e demais disposições legais aplicáveis, com as seguintes características:

- Foram emitidas 165.000 debêntures, em duas séries, com valor total de R\$ 165.000, sendo R\$ 150.000 da 1ª série e R\$ 15.000 da 2ª série;
- A data de emissão das debêntures foi a data da primeira subscrição e integralização de debêntures. Desta forma, em 10 de maio de 2011 ocorreu a subscrição e integralização da totalidade das debêntures emitidas pela Companhia com o conseqüente recebimento do montante de R\$ 165.000;
- As debêntures foram objeto de oferta pública com esforços restritos de colocação — nos termos dos Artigos 1º, Inciso III, 3º e 6º da ICVM 476/09 —, automaticamente dispensada de registro de distribuição pública na CVM, destinada exclusivamente a Investidores Qualificados
- (assim definidos nos termos da Instrução CVM nº 409, de 18/08/2004, conforme alterada, e da ICVM 476/09) (“Oferta Restrita”), e será realizada sob regime de garantia firme de subscrição para a totalidade das Debêntures a serem emitidas, com a intermediação do: (i) BES Investimento do Brasil S.A. - Banco de Investimento; (ii) HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.; e (iii) Credit Suisse (Brasil) Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.;
- As debêntures são simples e não conversíveis em ações de emissão da Companhia e foram emitidas sob a forma nominativa e escritural;
- As debêntures da 1ª série possuem prazo de vigência de 5 anos - ou 60 meses, com 18 meses de carência e 42 parcelas mensais para o valor unitário principal, 60 parcelas mensais para os juros remuneratórios. As debêntures da 2ª série possuem prazo de vigência de 59 meses, com amortização em um único pagamento a ser realizado na data de vencimento, e 59 parcelas mensais para os juros remuneratórios;
- Os juros remuneratórios de DI - Depósitos Interfinanceiros, capitalizada de uma sobretaxa de 3% ao ano;
- As debêntures são da espécie com garantia real e fidejussória.

A Companhia e sua controlada assumiram a obrigação de manter determinados indicadores financeiros apurados trimestralmente e indicadores não financeiros, com base em seus balanços consolidados, dos quais podemos destacar:

- Dívida líquida / EBITDA ajustado (*);
 - EBITDA ajustado* / Despesas financeiras líquidas;
 - Dívida líquida / ativo imobilizado; e
 - Prévia anuência dos titulares das debêntures no caso de troca direta ou indireta de controle acionário da Companhia.
- (*) Lucro líquido (prejuízo), excluídos os efeitos: do imposto de renda e da contribuição social; do resultado financeiro líquido; da equivalência patrimonial; das despesas de depreciação e amortização; e de outras receitas (despesas) operacionais líquidas; somado à receita obtida com a venda da frota; e às outras receitas (despesas) operacionais líquidas que resultem em fluxos de caixa.

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia e sua controlada estão em conformidade com todas as obrigações e índices financeiros requeridos pelos contratos de financiamentos.

21 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social está totalmente subscrito e integralizado, e é dividido em 87.163.450 ações ordinárias com valor nominal de R\$ 1 cada.

A participação dos acionistas no capital social da Companhia em 31 de março de 2013 é assim demonstrada:

Acionistas	Ações	%
Celso Antônio Frare	32.445.950	37,22
Novo Oriente Participações Ltda.	<u>54.717.500</u>	<u>62,78</u>
	<u>87.163.450</u>	<u>100,00</u>

Ações ordinárias

Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos residuais da Companhia. Além disso, os titulares de ações ordinárias têm direito ao recebimento dos dividendos declarados, e têm direito a um voto por ação nas reuniões da Companhia.

b. Reserva de lucros

Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Dividendos

O Estatuto Social em vigor determina a distribuição aos acionistas de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, conforme o parágrafo segundo, artigo 32º, do Estatuto Social, ajustado na forma do artigo 202 da Lei no 6.404/76.

Reserva de retenção de lucros

O saldo da rubrica de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2012 foi destinado à reserva de retenção de lucros para a aplicação em investimentos para expansão e reforço do capital de giro.

c. Ajuste de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial consiste no custo atribuído de veículos, tratores e colhedoras registrados na data de transição para os CPCs e IFRS, de acordo com o CPC 27 - Ativo Imobilizado e ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial do Ativo Imobilizado.

22 Lucro por ação

Os lucros por ação básico e diluído são calculados por meio da divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação para cada um dos períodos apresentados na demonstração de resultados:

	31/03/13	31/03/12
Resultado do período	4.221	2.957
<u>Lucro líquido por ação básico:</u>		
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em unidades)	87.163.450	87.163.450
Lucro por ação básico (em R\$)	0,0484	0,0339
<u>Lucro líquido por ação diluído:</u>		
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em unidades)	87.163.450	87.163.450
Lucro por ação diluído (em R\$)	0,0484	0,0339

23 Receita operacional líquida

A seguir demonstramos a conciliação entre a receita bruta e receita líquida apresentada na demonstração do resultado dos períodos:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/13	31/03/12	31/03/13	31/03/12
Serviços prestados	132.483	102.443	151.364	120.180
Ativos alienados para renovação da frota	18.413	9.893	18.413	9.893
Impostos sobre as receitas de serviços prestados	(12.946)	(10.239)	(15.097)	(12.263)
Devoluções e abatimentos	(8.909)	(1.701)	(8.937)	(1.701)
	129.041	100.396	145.743	116.109

A composição da receita líquida reconhecida durante o período em cada categoria significativa é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/13	31/03/12	31/03/13	31/03/12
Serviços prestados	110.628	90.503	127.330	106.216
Ativos alienados para renovação da frota	18.413	9.893	18.413	9.893
	129.041	100.396	145.743	116.109

24 Custos dos serviços prestados e despesas com vendas, administrativas e gerais por natureza de gastos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/13	31/03/12	31/03/13	31/03/12
Custos				
Custo de venda da frota	18.976	10.906	18.976	10.906
Despesas com benefícios a empregados	17.061	11.458	21.546	15.141
Despesas de depreciação e amortização	37.679	35.551	39.309	36.588
Manutenção e reparos	13.306	11.468	13.820	11.828
Serviços de terceiros	1.560	1.849	3.106	3.388
Outros	3.273	1.225	7.701	4.099
	91.855	72.457	104.458	81.950
Vendas				
Outros	440	71	440	71
	440	71	440	71
Gerais e administrativas				
Despesas com benefícios a empregados	4.602	2.596	5.137	3.035
Despesas de depreciação e amortização	263	453	263	453
Manutenção e reparos	25	9	25	9
Serviços de terceiros/ agregados	656	366	656	366
Outros	1.758	988	2.537	1.894
	7.304	4.412	8.618	5.757

25 Receitas (despesas) financeiras, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/13	31/03/12	31/03/13	31/03/12
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(8.874)	(7.790)	(10.610)	(9.316)
Juros sobre operações de arrendamento mercantil financeiro	(13.185)	(11.010)	(14.019)	(11.087)
Juros sobre debêntures	(3.604)	(6.864)	(3.604)	(6.864)
Despesas com hedge	(3.659)	(9.120)	(3.659)	(9.120)
Despesas com variação cambial	(1.803)	(5.890)	(1.803)	(5.890)
Outros	(669)	(744)	(669)	(858)
	(31.794)	(41.418)	(34.364)	(43.135)
Receitas financeiras				
Juros sobre ativos financeiros	4.030	5.450	4.216	5.450
Receitas com hedge	1.492	4.968	1.492	4.968
Receitas com variação cambial	3.191	8.634	3.191	8.634
Outros	4	54	4	198
	8.717	19.106	8.903	19.250
	(23.077)	(22.312)	(25.461)	(23.885)

26 Instrumentos financeiros

A Companhia e sua controlada mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e sua controlada não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Todas as operações com instrumentos financeiros não derivativos estão reconhecidas nas informações financeiras da Companhia e sua controlada, conforme o quadro abaixo:

Demonstração dos instrumentos financeiros em suas respectivas classificações por categorias

a. Controladora

Ativos	Nota	Registrados pelo valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Caixa e bancos	7	-	-	5.891	5.891	5.891	1.854	1.854
Aplicações financeiras	7	-	-	159.490	159.490	159.490	152.564	152.564
Contas a receber de clientes	9	-	-	53.219	53.219	53.219	65.923	65.923
Aplicações financeiras vinculadas	8	-	78.163	-	78.163	78.163	79.430	79.430
Instrumentos financeiros derivativos	26	12.211	-	-	12.211	12.211	14.756	14.756
		<u>12.211</u>	<u>78.163</u>	<u>218.600</u>	<u>308.974</u>	<u>308.974</u>	<u>314.527</u>	<u>314.527</u>
Passivos	Nota	Registrados pelo valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Fornecedores		65.941	-	-	65.941	65.941	15.920	15.920
Financiamentos e empréstimos	15	791.492	-	-	791.492	791.492	785.940	785.940
Arrendamento mercantil	19	196.464	-	-	196.464	196.464	203.903	203.903
Debêntures	20	151.477	-	-	151.477	151.580	162.237	162.270
Instrumentos financeiros derivativos	26	-	66	-	66	66	38	38
		<u>1.205.374</u>	<u>66</u>	<u>-</u>	<u>1.205.440</u>	<u>1.205.543</u>	<u>1.168.038</u>	<u>1.168.071</u>

b. Consolidado

		<u>31/03/2013</u>				<u>31/12/2012</u>		
Ativos	Nota	Registrados pelo valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Caixa e bancos	7	-	-	6.416	6.416	6.416	3.177	3.177
Aplicações financeiras	7	-	-	169.953	169.953	169.953	161.009	161.009
Contas a receber de clientes	9	-	-	60.878	60.878	60.878	74.475	74.475
Aplicações financeiras vinculadas	8	-	78.163	-	78.163	78.163	79.430	79.430
Instrumentos financeiros derivativos	26	12.211	-	-	12.211	12.211	14.756	14.756
		<u>12.211</u>	<u>78.163</u>	<u>237.247</u>	<u>327.621</u>	<u>327.621</u>	<u>332.847</u>	<u>332.847</u>
Passivos	Nota	Registrados pelo valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Fornecedores		68.583	-	-	68.583	68.583	18.872	18.872
Financiamentos e empréstimos	15	889.329	-	-	889.329	889.329	881.061	881.061
Arrendamento mercantil	19	202.653	-	-	202.653	202.653	210.373	210.373
Debêntures	20	151.477	-	-	151.477	151.880	162.237	162.270
Instrumentos financeiros derivativos	26	-	66	-	66	66	38	38
		<u>1.312.042</u>	<u>66</u>	<u>-</u>	<u>1.312.108</u>	<u>1.312.211</u>	<u>1.272.581</u>	<u>1.272.614</u>

- Aplicações financeiras - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI e Selic.
- Aplicações financeiras vinculadas - São definidos como ativos designados como mantidos até o vencimento.
- Contas a receber e outras contas a receber - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas, quando aplicável. O valor contábil se equivale ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações (menos de 90 dias).
- Empréstimos e financiamentos, debêntures e fornecedores - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante.
- Instrumentos financeiros derivativos - São definidos como ativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros pelo valor justo por meio do resultado, os quais são referentes aos instrumentos financeiros derivativos, estão integralmente classificados no nível II da hierarquia do valor justo.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e sua controlada tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes às operações financeiras contratadas em dólares americanos.

A Administração da Companhia e sua controlada mantêm monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio dos seus controles internos.

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia realizou operações com instrumentos derivativos de forward, que se constitui em um acordo entre a Companhia e o banco, de compra ou venda de uma quantidade de moeda estrangeira em uma data futura, por uma taxa pré-definida. Não há desembolso de caixa no início da operação e, no vencimento, a liquidação é realizada pela diferença entre a taxa contratada e a taxa efetiva da moeda. O principal objetivo é de proteger o resultado e fluxo de caixa futuro dos empréstimos em moeda estrangeira.

Em 31 de março de 2013, os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos em aberto estão abaixo sumarizados. Em 31 de março de 2013, o valor nocional do instrumento financeiro derivativo é de USD 41.708 (R\$ 83.992), com vencimento final em março de 2016.

31/03/13

	Ativo	Passivo
Circulante		
Derivativos cambiais - fluxo de caixa - empréstimos	12.221	66

O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e utilizando metodologia de avaliação de projeção de fluxo de caixa futuro descontado a valor presente.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo de cada operação. Como consequência as estimativas acima não indicam, necessariamente, os montantes que efetivamente serão realizados quando da liquidação financeira das operações.

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com instituições de primeira linha, no Brasil, e são garantidos por aval do acionista controlador da Companhia para contratação destas operações.

Risco de crédito

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação (pulverização do risco). A provisão para créditos duvidosos, em 31 de março de 2013, é de R\$ 3.206 (controladora) e R\$ 3.403 (consolidado), representando 5,7% do saldo de contas a receber em aberto da controladora e 5,3% do saldo de contas a receber em aberto do consolidado. Em 31 de dezembro de 2012, esta provisão era de R\$ 2.948 e R\$ 3.140 na controladora e consolidado respectivamente, equivalentes a 4% (na controladora) e 4% (no consolidado).

A Ouro Verde possui um “Comitê de Investimentos” e um “Comitê de Venda de Ativos”, com reuniões semanais para aprovação das estratégias dos ativos da Companhia, bem como todos os investimentos a serem efetuados. Participam e votam neste Comitê, além da diretoria, a gerência corporativa de compras, do financeiro e da controladoria. Desta forma, são avaliados e formalizados todos os aspectos fundamentais para a realização de qualquer investimento, dentre eles: análise de crédito, rentabilidade, linhas de financiamentos, estratégias comerciais, diversificação de carteira, fornecedores, entre outros aspectos.

Risco de preço

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados e dos demais componentes utilizados no processo de prestação de serviço. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia e sua controlada. Para mitigar esses riscos, a Companhia e sua controlada monitoram permanentemente os mercados locais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e sua controlada sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e sua controlada buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Análise de sensibilidade

As despesas e receitas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia e sua controlada em moeda estrangeira, são afetados pelas variações do câmbio, tais como dólar e euro. Contudo, os principais montantes dos empréstimos bancários da Companhia e sua controlada em USD foram completamente protegidos, utilizando contratos futuros que possuem o mesmo valor nocional e vencem nas mesmas datas dos respectivos contratos de empréstimos. Enquanto que, a Companhia e sua controlada não esperam impactos significativos nas despesas e receitas financeiras em decorrência da exposição cambial atrelada a moeda euro pelo fato de não ser material.

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia e sua controlada, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP e CDI.

Nos quadros abaixo são considerados três cenários, sendo o cenário provável adotado pela Companhia e sua controlada. O cenário provável considerou os níveis de mercado vigentes na data do encerramento do balanço.

Para o Cenário I consideramos uma baixa de 25% para as aplicações financeiras e incremento de 25% nas operações de capitalizações nas cotações das taxas de juros e para o Cenário II uma redução/aumento de 50%. A taxa base utilizada para o cenário provável foi 7,25%.

Baixa do CDI

	Indexador	Risco	Valor base	Cenário provável	Cenário I	Cenário II
Aplicações financeiras	CDI	Baixa do CDI	169.953	12.322	9.241	6.161
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	Baixa do CDI	<u>78.163</u>	<u>5.666</u>	<u>4.250</u>	<u>2.833</u>
			<u>248.116</u>	<u>17.988</u>	<u>13.491</u>	<u>8.994</u>
Impacto no resultado					<u>(4.497)</u>	<u>(8.994)</u>
Capital de giro e conta garantida	CDI	Baixa do CDI	307.691	(22.308)	(16.731)	(11.154)
Debêntures	CDI	Baixa do CDI	151.477	(10.982)	(8.237)	(5.491)
Instrumentos derivativos	CDI	Baixa do CDI	<u>83.992</u>	<u>(6.089)</u>	<u>(4.567)</u>	<u>(3.045)</u>
			<u>543.160</u>	<u>(39.379)</u>	<u>(29.535)</u>	<u>(19.690)</u>
Impacto no resultado					<u>9.844</u>	<u>19.689</u>
Impacto final no resultado					<u>5.347</u>	<u>10.695</u>

Aumento do CDI

	Indexador	Risco	Valor Base	Cenário provável	Cenário I	Cenário II
Aplicações financeiras	CDI	Alta do CDI	169.953	12.322	15.403	18.483
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	Alta do CDI	<u>78.163</u>	<u>5.666</u>	<u>7.083</u>	<u>8.499</u>
			<u>248.116</u>	<u>17.988</u>	<u>22.486</u>	<u>26.982</u>
Impacto no resultado					<u>4.498</u>	<u>8.994</u>
Capital de giro e conta garantida	CDI	Alta do CDI	307.691	(22.308)	(27.884)	(33.461)
Debêntures	CDI	Alta do CDI	151.477	(10.982)	(13.728)	(16.473)
Instrumentos derivativos	CDI	Alta do CDI	<u>83.992</u>	<u>(6.089)</u>	<u>(7.612)</u>	<u>(9.134)</u>
			<u>543.160</u>	<u>(39.379)</u>	<u>(49.224)</u>	<u>(59.068)</u>
Impacto no resultado					<u>(9.845)</u>	<u>(19.689)</u>
Impacto final no resultado					<u>(5.347)</u>	<u>(10.695)</u>

A Companhia e sua controlada não esperam mudanças na taxa relativa à TJLP, as quais são indicadores base para as operações de FINAME e com o BNDES.

Risco de liquidez e estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e sua controlada fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e sua controlada monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

A gestão do risco de liquidez é feito pelo Comitê de Investimentos, considerando a necessidade de caixa e de liquidez no curto, médio e longo prazo.

A companhia administra o risco de liquidez através da manutenção adequada de recursos financeiros de curto prazo em caixa e equivalentes de caixa e através: (i) caixa gerado pelas atividades operacionais de serviços prestados, (ii) um aumento dos fluxos de caixa gerados pela venda de ativos para renovação de frota, e (iii) acesso a linhas de crédito pré aprovadas com terceiros (empréstimos e financiamentos). As projeções da Administração indicam que o aumento dos recursos derivados de contratos de arrendamento mercantil em seu portfólio em 31 de março de 2013 serão suficientes para cobrir seus obrigações de curto e longo prazo junto a seus credores em geral. A Companhia possui um portfólio de contratos com seus clientes, com duração entre 2 e 7 anos, os quais possuem uma geração de receita prevista de R\$ 967.213 (vide nota 19).

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e sua controlada podem rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia e sua controlada monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo

*Ouro Verde Transporte e Locação S.A.
(atualmente Ouro Verde Locação e Serviço S.A.)
Informações financeiras intermediárias em
31 de março de 2013*

empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas. O capital total é apurado pela soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 podem ser assim sumarizados:

	31/03/13	31/12/12
Total dos financiamentos e empréstimos (nota explicativa 15), arrendamentos mercantis (nota explicativa 19) e debêntures (nota explicativa 20)	1.243.459	1.253.671
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa 7) e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 8)	<u>(254.532)</u>	<u>(243.616)</u>
Dívida líquida	988.927	1.010.055
Patrimônio líquido	<u>236.805</u>	<u>232.584</u>
	<u>1.225.732</u>	<u>1.242.639</u>
 Índice de alavancagem financeira	 81%	 81%

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não-derivativos da Companhia e sua controlada, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos
Em 31 de março de 2013			
Financiamentos e empréstimos (nota explicativa 15)	199.047	295.839	394.443
Arrendamentos mercantis (nota explicativa 19)	120.013	66.776	15.864
Debêntures (nota explicativa 20)	43.597	42.840	65.040
Fornecedores	<u>68.583</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>431.240</u>	<u>405.455</u>	<u>475.347</u>
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos
Em 31 de dezembro de 2012			
Financiamentos e empréstimos (nota explicativa 15)	205.545	300.339	375.177
Arrendamentos mercantis (nota explicativa 19)	118.364	80.045	11.964
Debêntures (nota explicativa 20)	43.647	42.840	75.750
Fornecedores	<u>18.872</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>386.428</u>	<u>423.224</u>	<u>462.891</u>

Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a sofrer significativas variações, pois uma parcela dos seus passivos estão atrelados à volatilidade da taxa de câmbio, principalmente do dólar norte-americano, que em 31 de março de 2013 obteve variação negativa de 1,5% (negativa em 2,9% em 2012) se comparado com 31 de dezembro de 2012.

Em 31 de março de 2013 a Companhia e sua controlada mantinham financiamentos em aberto no montante de USD 44.710 (R\$ 90.038).

Os principais montantes dos empréstimos bancários da Companhia e sua controlada em USD foram completamente protegidos, utilizando contratos futuros que possuem o mesmo valor nacional e vencem nas mesmas datas dos respectivos contratos de empréstimos.

27 Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes que desenvolvem atividades de negócios:

- i** Que podem obter receitas e incorrer em despesas;
- ii** Cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho; e
- iii** Para os quais haja informação financeira individualizada disponível.

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas pelo Conselho de Administração. Foram identificados três segmentos operacionais sujeitos à divulgação de informações, os quais são gerenciados separadamente por meio de relatórios que suportam a tomada de decisão. As políticas contábeis desses segmentos operacionais são as mesmas descritas na nota explicativa 3.

Locação de máquinas e equipamentos pesados: prestação de serviços por meio da elaboração de projetos específicos para clientes de diferentes setores, tais como agronegócio, mineração, indústria, construção civil, infraestrutura, entre outros, incluindo, principalmente, caminhões, implementos rodoviários (tais como reboques e semirreboques) e equipamentos de “linha amarela” (pás carregadeiras, retroescavadeiras e outros), por meio de contratos com prazos de três a sete anos, presença nacional e diversificado frota multimarcas.

Terceirização de frotas de veículos leves: prestação de serviços para pequenas, médias e grandes empresas, com um portfólio variado de veículos de diferentes marcas e categorias (tais como carros populares, utilitários, carros executivos e vans), por meio de contratos de prazos de dois a três anos de duração. Adicionalmente, prestamos a nossos clientes, tanto para sua frota própria quanto terceirizada junto a nós, serviços de manutenção de veículos, máquinas e equipamentos pesados, além de gestão de frotas (tais como rastreamento e/ou telemetria, frota reserva e/ou dedicada, gestão de multas, sinistros e avarias, combustível, dentre outros).

Serviços de armazenagem - Martini Meat S.A.: realiza prestação de serviços de armazenagem em geral e de carga acondicionada em containers, fardos ou sacos, incluídos produtos congelados e resfriados in natura ou industrializados, e os serviços correlatos de movimentação de carga, pesagem, paletização, entre outros, nos Portos de Paranaguá/PR, Itajaí/SC e Rio Grande/RG, além de uma unidade de Ponta Grossa/PR para os serviços de armazenagem de cargas a granel (fertilizante e grãos) e como terminal multimodal (rodo ferroviário) para cargas em contêineres.

As demonstrações dos resultados por segmento operacional são como segue:

(a) **Informações financeiras por segmento operacional**

(i) Apresentamos abaixo as demonstrações de resultado por segmento:

	Locação de máquinas e equipamentos pesados		Terceirização de veículos leves		Serviços de armazenagem - Martini Meat S.A.		Saldos não alocados		Total	
	31/03/13	31/03/12	31/03/13	31/03/12	31/03/13	31/03/12	31/03/13	31/03/12	31/03/13	31/03/12
Receita operacional líquida										
Serviços prestados	71.028	55.001	39.600	35.502	16.702	15.713	-	-	127.330	106.216
Ativos alienados para renovação da frota	3.231	2.796	15.182	7.097	-	-	-	-	18.413	9.893
									-	-
Custos	<u>(48.554)</u>	<u>(37.955)</u>	<u>(42.670)</u>	<u>(34.192)</u>	<u>(12.340)</u>	<u>(9.493)</u>	<u>(894)</u>	<u>(310)</u>	<u>(104.458)</u>	<u>(81.950)</u>
Resultado bruto	25.705	19.842	12.112	8.407	4.362	6.220	(894)	(310)	41.285	34.159
Receitas (despesas) operacionais										
Vendas	(308)	(50)	(132)	(21)	(127)	(136)	-	-	(567)	(207)
Administrativas e gerais	(5.113)	(3.088)	(2.191)	(1.324)	(1.314)	(1.345)	-	-	(8.618)	(5.757)
Resultado da equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-	254	370	254	370
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	47	148	20	64	(105)	(17)	-	-	(38)	195
Depreciação e amortização	<u>23.415</u>	<u>20.090</u>	<u>14.527</u>	<u>15.914</u>	<u>1.630</u>	<u>1.037</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>39.572</u>	<u>37.041</u>
EBITDA ajustado por segmento	<u>43.746</u>	<u>36.942</u>	<u>24.336</u>	<u>23.040</u>	<u>4.446</u>	<u>5.759</u>	<u>(640)</u>	<u>60</u>		
EBITDA									<u>71.888</u>	<u>65.801</u>
(ii) A reconciliação do EBITDA é a seguinte:										
Resultado do período									4.221	2.967
(+) Despesas financeiras, líquidas									25.461	23.885
(+) Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido									2.634	1.908
(+) Depreciação e amortização									<u>39.572</u>	<u>37.041</u>
EBITDA									<u>71.888</u>	<u>65.801</u>

28 Cobertura de seguros (não revisado)

A Companhia e sua controlada adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de informações financeiras, conseqüentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de março de 2013, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 11.143, na controladora, e R\$ 74.543, no consolidado, para danos materiais e R\$ 5.100, na controladora, e R\$ 5.800, no consolidado, para responsabilidade civil/ambiental.

Adicionalmente, a Companhia e sua controlada possuem apólices de seguros contra terceiros para a sua frota de veículos e equipamentos, cujas coberturas são de R\$ 8.140 para danos materiais e danos corporais.

29 Demonstrações do valor adicionado - DVA

Conforme requerimento da legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação adicional para fins de IFRS, a Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas.

Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela da Companhia na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pela Companhia quanto o recebido de outras entidades, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada pela Companhia, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferido à entidade.

30 Eventos subsequentes

Venda do investimento na controlada Martini Meat S.A.

Em 30 de abril de 2013, a Companhia celebrou um contrato de compra e venda com a sua controladora Novo Oriente Participações Ltda, através do qual a Companhia vendeu a participação de 99,581% na Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais, pelo valor total de R\$ 144,7 milhões, conforme valor de mercado apurado em laudo de avaliação preparado por empresa especializada contratada pelas partes. O pagamento poderá ocorrer, à escolha da Novo Oriente, em parcela única ou em 12 parcelas mensais e sucessivas (neste caso, sujeito à incidência de juros à taxa de 7,5% ao ano), em qualquer caso, após um período de carência de 12 meses. O investimento vendido gerou um resultado de R\$ 55,3 milhões, que líquido de imposto de renda e contribuição social de R\$ 18,8 milhões, resultou em um ganho líquido de R\$ 36,5 milhões.

Cisão do patrimônio líquido - investimento em coligada - Ritmo Logística S.A.

Em 30 de abril de 2013, na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, foi aprovada a cisão parcial do patrimônio líquido da Companhia, correspondentes à participação de 35% na Ritmo Logística S.A., a serem recebidos pela Controladora Novo Oriente Participações Ltda. O valor cindido, com base em laudo de avaliação contábil, totalizou o montante de R\$ 108,5 milhões (valor contábil), o que causou uma redução no patrimônio líquido da Companhia, com a utilização parcial da reserva de lucros.